

AGENDA
ESTRATÉGICA
2010 - 2015

MILHO E SORGO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

2010 - 2015
Milho e Sorgo

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catalogação na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Milho e sorgo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

47 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Milho. 2. Sorgo. 3. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS 0100
CDU 633.1

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 11 de março de 2010, quando o plenário da 9ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 14 de junho foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se reunir no dia 05 de julho, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões.

Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

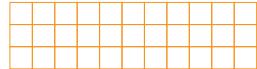
- 1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- 2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- 3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizam a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

Grupo de Trabalho

- Jason de Oliveira Duarte - EMBRAPA
- César Borges Souza - ABAG
- Ricardo B. Carvalho - ABIOVE
- Carsten Wegener - ANEC
- Odacir Klein - ABRAMILHO
- Ricardo Prado - CNA

Membros da Câmara



- **Presidente:** César Borges de Sousa
Secretário: Manoel Galvão Messias Júnior
Consultor Especial: Sílvio Farnese

Membros:

- **Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG**
Titular: César Borges de Sousa
Suplente: Luiz Antonio Pinazza
- **Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho - ABIMILHO**
Titular: Cesar Borges de Souza
Suplente: Nelson Arnaldo Kowalski
- **Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE**
Titular: Fábio Galvão Bueno Trigueirinho
Suplente: Ricardo Busato Carvalho
- **Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína - ABIPECS**
Titular: Pedro de Camargo Neto
Suplente: Jurandi Machado
- **Associação Brasileira de Milho e Sorgo - ABMS**
Titular: Paulo César Magalhães
Suplente: José Carlos Cruz
- **Associação Brasileira dos Produtores de Milho - ABRAMILHO**
Titular: Odacir Klein
Suplente: João Carlos Werlang
- **Associação Brasileira de Sementes e Mudas - ABRASEM**
Titular: Ricardo Ribeiro
Suplente: Cássio Luiz Cruz de Camargo
- **Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA**
Titular: Luiz Fernando Guerra
Suplente: Roberto Carsalade Queiroga
- **Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA**
Titular: Celestino Zanella
Suplente: Antônio Grespan



- **Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias - ANBM**
Titular: Milton Leal Maganha
Suplente: Luiz Roberto Ferrari
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Edivandro Seron
Suplente: Marcos Matos
- **Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC**
Titular: Albrecht Carsten Wegener
Suplente: Luciano Carbone
- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**
Titular: Nelson Harger
Suplente: João Ricardo Barbosa Rissardo
- **Banco do Brasil S/A - BB**
Titular: Carlos Roberto Serea
Suplente: Mario Eugênio Resende Silva
- **Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBM**
Titular: José Renato da Silva
Suplente: José Raimundo dos Santos
- **Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F/BOVESPA**
Titular: Luiz Cláudio Caffagni
Suplente: Fabiana Salgueiro Perobelli Urso
- **Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP**
Titular: Adilson da Silva
Suplente: Antonio Jorge C. Cunha
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Rosemeire Cristina dos Santos
Suplente: Cesar Augusto Bruneto
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Thomé Luiz Freire Guth
Suplente: Mardem Teixeirense

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
Titular: Jason de Oliveira Duarte
Suplente: João Carlos Gracia
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola- MAPA/SPA**
Titular: Sílvio Farnese
Suplente: Petrarcas Santos de Deus
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**
Titular: Clímaco Cesar de Souza
Suplente: Hector Carlos Leal
- **Ministério da Fazenda - MF**
Titular: Mônica Avelar Antunes Netto
Suplente: Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho
- **Ministério do Meio Ambiente - MMA**
Titular: Cláudio Rodrigues dos Santos
Suplente: Shirley Helena Mendes da Silva
- **Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB**
Titular: Welton Vieira de Menezes
Suplente: Flávio Enir Turra
- **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG**
Titular: Paulo Ernesto Vergamini Luna
Suplente: Eduardo Figueiredo de Andrade
- **Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal - SINDIRACÕES**
Titular: Ariovaldo Zanni
Suplente: Carlos Alberto Pereira de Albuquerque
- **Sociedade Rural Brasileira - SRB**
Titular: Evaristo Câmara Machado Neto
Suplente: Claudio Braga Ribeiro Ferreira



Coordenação dos Trabalhos

CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Manoel Galvão Messias Júnior

Lara Katryne Félix Pinto

Leandro Pires B. de Lima



1. ESTATÍSTICAS

Levantamento de Áreas de Produção e Safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Definir levantamento, por Estado da Federação, de área plantada, número de produtores, por sistema de produção, produção de grãos, sementes, silagens e pastagem.
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
4. Utilizar as experiências já existentes no Brasil e exterior, em especial nos EUA, envolvendo e estimulando maior participação de instituições estaduais, de pesquisa ou extensão rural, secretarias de agricultura, tendo como objetivo uma informação única, nacional
5. Criar plataforma de dados em nível nacional com acesso à informação de forma objetiva e transparente
6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, com metodologia transparente, através da Conab/IBGE, considerando os levantamentos já existentes
8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais



9. Padronizar/harmonizar os métodos de levantamento e divulgação das informações, especialmente a periodicidade dos dados
10. Contemplar o levantamento de Área e Safra de OGM x Não OGMs

Levantamento de Estoques

Diretrizes:

1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com periodicidade pelo menos mensal.
2. Estabelecer parcerias com entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.
3. Aprimorar os trabalhos realizados pela Conab, fortalecendo sua estrutura operacional e técnica

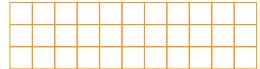
Levantamento do Consumo

Diretrizes:

1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, dados de pesquisas do IBGE e outras entidades que possa colaborar
2. Utilizar as experiências e trabalhos já existentes,
3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com critérios padronizados de levantamento e divulgação mensal dos dados
4. Aprimorar os trabalhos do Balanço de Oferta e Demanda realizados pela Conab, com levantamento dos diversos uso: ração, industria, alimentação humana, industria de insumos, exportação, sementes, entre outros...



Levantamento dos custos de produção



Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades e demais instituições afins
2. Estabelecer parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações .
3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistemas de produção

Levantamento de Preços de mercado

Diretrizes:

1. Estabelecer parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa e centros tecnológicos, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações
2. Contemplar informações dos diversos produtos da cadeia nos principais mercados: Grãos, Silagem, sementes, etc...
3. Discutir metodologias de informação, coleta e locais de obtenção.
4. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com critérios padronizados de levantamento e divulgação mensal dos dados



2. PD&I

Rede de PD&I do Milho e Sorgo

Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede
4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação

Programa Nacional de PD&I do Milho e Sorgo

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação
2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa
4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção



5. Priorizar as pesquisas aplicadas, em especial as voltadas para pragas e doenças nas principais regiões produtoras
6. Desenvolver novas tecnologias de defensivos e priorizar novos princípios ativos
7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
8. Priorizar estudos sobre áreas de refúgio e fluxos gênicos em plantios transgênicos
9. Contemplar a Biotecnologia, Biossegurança e a Rastreabilidade
10. Buscar o melhoramento contínuo das Cultivares, compatíveis com as exigências do mercado
11. Ampliar a divulgação e participação de pesquisadores nos principais eventos do Setor
12. Desenvolver novas tecnologias de pós-colheita e armazenagem na propriedade
13. Promover o aumento da produtividade com qualidade e competitividade
14. Desenvolver Sistemas de Produção específicos para a pequena propriedade

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano Nacional de Assistência Técnica

Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, inclusive em Cooperativas, Empresas Privadas.
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira, Comercial e Ambiental, contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão e serviços ambientais, gestão social, marketing e comercialização;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia
4. Estabelecer se necessários convênios com instituições públicas e privadas afins , tipo Sebrae, Senar, Senac, Senai, Embrapa, Institutos, Universidade, etc.
5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em Pequenos e Médios Produtores e nas prioridades de cada região ou Estado, de acordo com as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc com certificação que contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo
7. Criar incentivos como redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários



8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhas ao Programa de Pesquisa do Setor
9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência, desenvolvendo Pólos Tecnológicos Regionais
11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo
12. Promover a inclusão digital de produtores
13. Realizar eventos técnicos e científicos
14. Educar e estimular para o uso de Sementes Certificadas
15. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos
16. Resgatar o Projeto Produtividade iniciado por GT da Câmara Setorial
17. Intensificar a promoção de Dias de Campo
18. Promover capacitação em Boas Práticas na Pós-Colheita
19. Priorizar a capacitação em Comercialização para pequenos e médios produtores

4. DEFESA AGROPECUÁRIA



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal
5. Fortalecer a fiscalização de sementes e outros insumos
7. Aprimorar a fiscalização da Lei de Biossegurança em especial no que diz respeito à coexistência e segregação de OGMs
8. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns
9. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA - Serviço Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, que envolve Estados e Municípios

Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor



2. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor, adequando-os à realidade
3. Revisar a legislação de Agrotóxicos, priorizando novos ativos e simplificado a extensão de uso de defensivos para sorgo e milheto (Decreto 4074/2002)
4. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais
5. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância
6. Promover a adoção de um Padrão Único de Identidade e Qualidade do Produto para os mercados Interno e Externo
7. Discutir a importação de insumos por princípio ativo e não por marca comercial
8. Revisar a legislação relativa à importação de milho

5. GESTÃO DA QUALIDADE



Programa de Produção Integrada do Milho e Sorgo

Diretrizes:

1. Desenvolver o Programa de Produção Integrada do Milho e Sorgo com apoio do MAPA e Embrapa.
2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusive no Processamento Industrial
3. Incluir incentivos financeiros no crédito oficial, para motivar produtores a aderir ao programa
4. Construir os programas de acordo com características regionais de produção, perfil de produtor e diferentes tecnologias

6. MARKETING E PROMOÇÃO



Fórum de Marketing do Setor

Diretrizes:

1. Promover ações de incentivo ao consumo com base nas iniciativas já em andamento
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais, Ambientais e de Benefícios nutricionais
3. Elaborar estratégias para aumento do consumo
4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar à aplicação do plano. Ex. Fundo do setor....
5. Promover estratégias de utilização de derivados do Milho e Sorgo como alimento funcional
6. Promover o consumo de novos produtos derivados do Milho e Sorgo
7. Atuar junto à SRI/MAPA, MRE e APEX na abertura de novos mercados
9. Criar estratégias para proporcionar atuação em parceria com os Adidos Agrícolas do MAPA
10. Estimular a participação em feiras Nacionais e Internacionais



Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações.
2. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência
3. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva
4. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade
5. Discutir estratégias de agregação de valor em produtos exportáveis em regiões com dificuldade de escoamento da produção
6. Levantar a Empregabilidade do Setor
7. Construir Sistema de Informação sobre Exportações, Importações, consumo e Produção com informações diárias

Representatividade do Setor

Diretrizes:

1. Discutir a criação de instituição que represente todos os elos da Cadeia do Milho e Sorgo



2. Fomentar a cultura associativista
3. Fortalecer o inter-relacionamento Setorial
4. Fortalecer a interação entre Setor Produtivo e Governo
5. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas
6. Discutir estratégias de criação e gestão de fundo setorial com recursos para atividades voltadas a marketing e promoção, inteligência competitiva, etc..

Transgênicos

Diretrizes:

1. Promover estudos de necessidade de segregação de Milho e Sorgo convencionais e transgênicos na produção, transporte, armazenagem e indústria/exportação
2. Discutir formas de coordenação do setor para evitar a contaminação do Milho por eventos não aprovados nos mercados importadores, evitando, assim, perdas decorrentes da presença de OGMs não aprovados nos carregamentos. É interessante criar formas de coordenação da cadeia produtiva tendo em vista os problemas logísticos do país e a impossibilidade de segregação total.

Oferta de Sementes

Diretrizes:

1. Discutir estratégias que garantam a diversificação na oferta de sementes, transgênicas e não-transgênicas, ao produtor
2. Fortalecer a indústria nacional de sementes de milho e sorgo

Infraestrutura e Logística



Diretrizes:

1. Definir estratégias para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a redução dos custos logísticos
2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessária ao escoamento da produção
3. Promover programas governamentais de acessibilidade digital em Propriedades Rurais
4. Discutir com o Governo e Empresas do Setor de Logísticas políticas de ampliação do escoamento ferroviário de produtos agrícolas, identificando oportunidades, questionando critérios de concessão pública, promovendo a inserção mais efetiva e racional desse meio de transporte e a redução de custos.
5. Discutir formas de escoamento da produção por via fluvial e marítima como objetivo de reduzir custos
6. Estimular investimentos e políticas visando a modernização portuária
7. Discutir o AFRMM
8. Discutir estratégias de estímulo à criação de Escolas Rurais nas regiões produtoras
9. Realizar diagnóstico de perdas e quebras ocasionado por problemas de infraestrutura e logística



Armazenagem

Diretrizes:

1. Melhorar e ampliar a infraestrutura de Armazenagem

8. CRÉDITO E SEGURO



Crédito Oficial

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e promover ajustes de forma a adequá-los às necessidades dos elos da cadeia e ao perfil do produtor e do industrial
2. Adequar os limites de crédito e unificar (somar) os limites de custeio e de comercialização.
3. Combater a vinculação da obtenção dos financiamentos oficiais à compra de produtos e serviços bancários

Reformulação do Crédito Oficial

Diretrizes:

1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial
2. Criar mecanismos de crédito rotativo
3. Criar um fundo garantidor
4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor
5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito

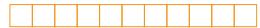


Seguro Agrícola

Diretrizes:

1. Aperfeiçoar as regras do Seguro para a produção do Milho e Sorgo
2. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção
3. Rever as regras do Seguro Agrícola, levando em consideração a produtividade do Produtor
4. Vincular o seguro ao crédito oficial, promovendo isonomia com a Agricultura Familiar
5. Implementar o Fundo de Catástrofe
6. Discutir a criação de seguros para a propriedade, e não para lavouras ou culturas específicas

9. COMERCIALIZAÇÃO



Política de Comercialização Oficial

Diretrizes:

1. Garantir a disponibilidade de recursos para a PGPM ao longo de todo o ano em todos os Estados produtores do país
2. Aprimorar os instrumentos de apoio à comercialização para minimizar as distorções regionais
3. Desburocratizar leilões e reduzir prazos de pagamento dos prêmios pela Conab

Novos instrumentos de comercialização

Diretrizes:

1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização
2. Fomentar a comercialização em Bolsa de Mercados Futuros
3. Discutir novas formas de contratos entre os elos da cadeia
4. Discutir a padronização dos contratos de comercialização
5. Aumentar a liquidez e transparência nos mercados futuros
6. Promover a cultura da Gestão de Risco



Negociações Internacionais

Diretrizes:

1. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas o milho e seus derivados, buscando a ampliação e acesso a outros mercados.
2. Atuar junto com a Argentina na viabilização da importação de produtos derivados do milho pela União Européia
3. Criar estratégias para proporcionar atuação em parceria com os Adidos Agrícolas do MAPA

10. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

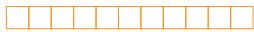
Diretrizes:

1. Combater a Guerra Fiscal
2. Buscar a harmonização do ICMS entre os estados
3. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor
4. Solucionar o problema dos créditos acumulados e adequação do PIS, COFINS e ICMS ao longo da Cadeia
5. Acompanhar a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional, buscando a reestruturação do sistema tributário

Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais
3. Simplificar o Licenciamento Ambiental para todos os produtores



Alterações na Lei 8666

Diretrizes:

1. Flexibilizar a Lei de Licitações para dar agilidade às Instituições de Pesquisa

Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural

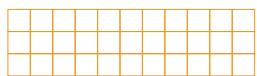
Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na discussão do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil
2. Ampliar a discussão sobre a lei existente, principalmente em relação às questões de fiscalização, com delegação exclusiva ao MAPA.

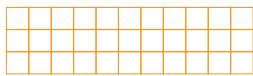
Agenda Estratégica do Milho e Sorgo

Tema	Item	Diretrizes
		<p>1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;</p> <p>2. Definir levantamento, por Estado da Federação, de área plantada, número de produtores, por sistema de produção, produção de grãos, sementes, silagens e pastagem.</p> <p>3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.</p> <p>4. Utilizar as experiências já existentes no Brasil e exterior, em especial nos EUA, envolvendo e estimulando maior participação de instituições estaduais, de pesquisa ou extensão rural, secretarias de agricultura, tendo como objetivo uma informação única, nacional</p> <p>5. Criar plataforma de dados em nível nacional com acesso à informação de forma objetiva e transparente</p> <p>6. Estabelecer convênios e ou cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.</p> <p>7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, com metodologia transparente, através da Conab/IBGE, considerando os levantamentos já existentes</p> <p>8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais</p> <p>9. Padronizar/harmonizar os métodos de levantamento e divulgação das informações, especialmente a periodicidade dos dados</p> <p>10. Contemplar o levantamento de Área e Safra de OGM x Não OGMs</p>



Agenda de Políticas de Diversificação

1. ESTATÍSTICAS



1. ESTATÍSTICAS	
Tema	Item
Levantamento de Estoque	<p>1. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com periodicidade pelo menos mensal.</p> <p>2. Estabelecer parcerias com entidades de representação privada, para colaborarem de forma sistemática e contínua.</p> <p>3. Aprimorar os trabalhos realizados pela Conab, fortalecendo sua estrutura operacional e técnica</p>
Tema	Item
Levantamento do Consumo	<p>1. Utilizar informações levantadas nas indústrias, dados de pesquisas do IBGE e outras entidades que possa colaborar</p> <p>2. Utilizar as experiências e trabalhos já existentes,</p> <p>3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com critérios padronizados de levantamento e divulgação mensal dos dados</p> <p>4. Aprimorar os trabalhos do Balanço de Oferta e Demanda realizados pela Conab, com levantamento dos diversos uso: ração, indústria, alimentação humana, indústria de insumos, exportação, sementes, entre outros...</p>

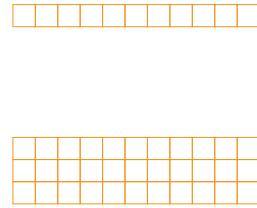
Tema	Item	Levantamento de Preços de mercado	Levantamento de Preços de mercado
1. ESTATÍSTICAS	Diretrizes	1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades e demais instituições afins 2. Estabelecer parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações . 3. Elaborar custos de produção regionalizados, por perfil tecnológico e sistemas de produção	1. Estabelecer parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa e centros tecnológicos, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações 2. Contemplar informações dos diversos produtos da cadeia nos principais mercados: Grãos, Silagem, sementes, etc... 3. Discutir metodologias de informação, coleta e locais de obtenção. 4. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, com critérios padronizados de levantamento e divulgação mensal dos dados

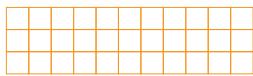
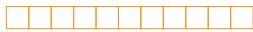




Tema	Item	Diretrizes
2. PDI Rede de PDI do Mílho e Sorgo		<ol style="list-style-type: none">1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibiliza-lo na rede3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação
2. PDI		<p>Programa Nacional de PDI do Mílho e Sorgo</p> <ol style="list-style-type: none">1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção5. Priorizar as pesquisas aplicadas, em especial as voltadas para pragas e doenças nas principais regiões produtoras6. Desenvolver novas tecnologias de defensivos e priorizar novos princípios ativos7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia8. Priorizar estudos sobre áreas de refúgio e fluxos gênicos em plantios transgênicos9. Contemplar a Biotecnologia, Biossegurança e a Rastreabilidade10. Buscar o melhoramento contínuo das Cultivares, compatíveis com as exigências do mercado11. Ampliar a divulgação e participação de pesquisadores nos principais eventos do Setor12. Desenvolver novas tecnologias de pós-colheita e armazenagem na propriedade13. Promover o aumento da produtividade com qualidade e competitividade14. Desenvolver Sistemas de Produção específicos para a pequena propriedade

Tema	Item	Diretrizes
<p>3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA</p> <p>Plano Nacional de Assistência Técnica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, inclusive em Cooperativas, Empresas Privadas, 2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira, Comercial e Ambiental, contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão e serviços ambientais, gestão social, marketing e comercialização; 3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia 4. Estabelecer se necessários convênios com instituições públicas e privadas afins , tipo Sebrae, Senar, Senac, Senai, Embrapa, Institutos, Universidade, etc. 5. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão. 6. Contemplar ações sistematizadas e focadas em Pequenos e Médios Produtores e nas prioridades de cada região ou Estado, de acordo com as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc com certificação que contenha requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo 7. Criar incentivos como redução de juros em operações de capacitações, pelos produtores e seus funcionários 8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhas ao Programa de Pesquisa do Setor 9. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial 10. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência, desenvolvendo Polos Tecnológicos Regionais 		

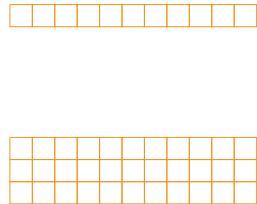


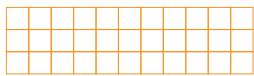
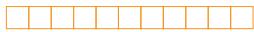


Tema	Item	Diretrizes
Plano Nacional de Assistência Técnica	11. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo	12. Promover a inclusão digital de produtores 13. Realizar eventos técnicos e científicos 14. Educar e estimular para o uso de Sementes Certificadas 15. Incentivar o produtor a aprimorar a gestão de custos 16. Resgatar o Projeto Produtividade iniciado por GT da Câmara Setorial 17. Intensificar a promoção de Dias de Campo 18. Promover capacitação em Boas Práticas na Pós-Colheita 19. Priorizar a capacitação em Comercialização para pequenos e médio produtores
4. DEFEZA	Tema	Diretrizes
		1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos 2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais 3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal 5. Fortalecer a fiscalização de sementes e outros insumos 7. Aprimorar a fiscalização da Lei de Biossegurança em especial no que diz respeito à coexistência e segregação de OGMS 8. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns 9. Implementar urgentemente o convênio estabelecido pelo SUASA - Serviço Único de Atenção a Sanidade Agropecuária, que envolve Estados e Municípios

Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESE		<ol style="list-style-type: none"> 1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor 2. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor, adequando-os à realidade 3. Revisar a legislação de Agrotóxicos, priorizando novos ativos e simplificado a extensão de uso de defensivos para sorgo e milheto (Decreto 4074/2002) 4. Fortalecer a interlocução das áreas técnicas do MAPA com as Câmaras Setoriais 5. Revisar a legislação de fertilizantes especialmente quanto às punições contra fraudes e níveis de tolerância 6. Promover a adoção de um Padrão Único de Identidade e Qualidade do Produto para os mercados Interno e Externo 7. Discutir a importação de insumos por princípio ativo e não por marca comercial 8. Revisar a legislação relativa à importação de milho

Tema	Item	Diretrizes
5. GESTÃO DA QUALIDADE		<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver o Programa de Produção Integrada do Milho e Sorgo com apoio do MAPA e Embrapa. 2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusiva no Processamento Industrial 3. Incluir incentivos financeiros no crédito oficial, para motivar produtores a aderir ao programa 4. Construir os programas de acordo com características regionais de produção, perfil do produtor e diferentes tecnologias

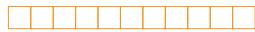




Tema	Item	Diretrizes
6. MARKETING E PROMOCÃO	Forum de Marketing do Setor	<ol style="list-style-type: none">1. Promover ações de incentivo ao consumo com base nas iniciativas já em andamento2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais, Ambientais e de Benefícios nutricionais3. Elaborar estratégias para aumento do consumo4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor...5. Promover estratégias de utilização de derivados do Milho e Sorgo como alimento funcional6. Promover o consumo de novos produtos derivados do Milho e Sorgo7. Atuar junto à SRI/MAPA, MRE e APEX na abertura de novos mercados9. Criar estratégias para proporcionar atuação em parceria com os Adidos Agropecuários do MAPA10. Estimular a participação em feiras Nacionais e Internacionais
7. GOVERNANÇA DA CADÊIA	Serviço de Inteligência Competitiva	<ol style="list-style-type: none">1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações.2. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência3. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva4. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade5. Discutir estratégias de agregação de valor em produtos exportáveis em regiões com dificuldade de escoamento da produção6. Levantar a Empregabilidade do Setor7. Construir Sistema de Informação sobre Exportações, Importações, consumo e Produção com informações diárias

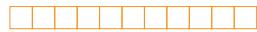
Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Representatividade do Setor	<ul style="list-style-type: none"> 1. Discutir a criação de instituição que represente todos os elos da Cadeia do Milho e Sorgo 2. Fomentar a cultura associativista 3. Fortalecer o inter-relacionamento Setorial 4. Fortalecer a interação entre Setor Produtivo e Governo 5. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas 6. Discutir estratégias de criação e gestão de fundo setorial com recursos para atividades voltadas a marketing e promoção, inteligência competitiva, etc.. 7. Construir Sistema de Informação sobre Exportações, Importações, consumo e Produção com informações diárias
7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Transgênicos	<ul style="list-style-type: none"> 1. Promover estudos de necessidade de segregação de Milho e Sorgo convencionais e transgênicos na produção, transporte, armazenagem e indústria/exportação 2. Discutir formas de coordenação do setor para evitar a contaminação do Milho por eventos não aprovados nos mercados importadores, evitando, assim, perdas decorrentes da presença de OGMs não aprovados nos carregamentos. É interessante criar formas de coordenação da cadeia produtiva tendo em vista os problemas logísticos do país e a impossibilidade de segregação total.





7. GOVERNANÇA DA CADÉIA	
Tema	Item
Oferta de Sementes	<p>Diretrizes</p> <ol style="list-style-type: none">1. Discutir estratégias que garantam a diversificação na oferta de sementes, transgênicas e não-transgênicas, ao produtor2. Fortalecer a indústria nacional de sementes de milho e sorgo
Infraestrutura e Logística	<p>Diretrizes</p> <ol style="list-style-type: none">1. Definir estratégias para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a redução dos custos logísticos2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção3. Promover programas governamentais de acessibilidade digital em Propriedades Rurais4. Discutir com o Governo e Empresas do Setor de Logística políticas de ampliação do escoamento ferroviário de produtos agrícolas, identificando oportunidades, questionando critérios de concessão pública, promovendo a inserção mais efetiva e racional desse meio de transporte e a redução de custos.5. Discutir formas de escoamento da produção por via fluvial e marítima como objetivo de reduzir custos6. Estimular investimentos e políticas visando a modernização portuária7. Discutir o AFRMM8. Discutir estratégias de estímulo à criação de Escolas Rurais nas regiões produtoras9. Realizar diagnóstico de perdas e quebras ocasionados por problemas de infraestrutura e logística

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADÊIA	Armazenagem	<p>1. Melhorar e ampliar a infraestrutura de Armazenagem</p>
8. CREDITO E SEGURO	Credito Oficial	<p>1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito existentes e promover ajustes de forma a adequá-los às necessidades dos elos da cadeia e ao perfil do produtor e do industrial</p> <p>2. Adequar os limites de crédito e unificar (somar) os limites de custeio e de comercialização.</p> <p>3. Combater a vinculação da obtenção dos financiamentos oficiais à compra de produtos e serviços bancários</p>
8. CREDITO E SEGURO	Reformulação do Credito Oficial	<p>1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial</p> <p>2. Criar mecanismos de crédito rotativo</p> <p>3. Criar um fundo garantidor</p> <p>4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor</p> <p>5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito</p>

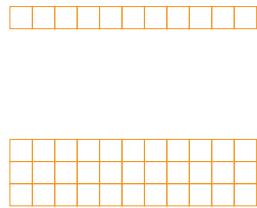


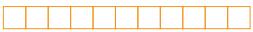


Tema	Item	Diretrizes
8. CREDITO E SEGUR	Seguro Agrícola	<ol style="list-style-type: none">1. Aperfeiçoar as regras do Seguro para a produção do Milho e Sorgo2. Buscar o envolvimento dos Estados da Federação nas políticas de subvenção ao Seguro da Produção3. Rever as regras do Seguro Agrícola, levando em consideração a produtividade do Produtor4. Vincular o seguro ao crédito oficial, promovendo isonomia com a Agricultura Familiar5. Implementar o Fundo de Catastrofe6. Discutir a criação de seguros para a propriedade, e não para lavouras ou culturas específicas
9. COMERCIALIZA- ÇÃO	Política de Comercialização Oficial	<ol style="list-style-type: none">1. Garantir a disponibilidade de recursos para a PGPM ao longo de todo o ano em todos os Estados produtores do país2. Aprimorar os instrumentos de apoio à comercialização para minimizar as distorções regionais3. Desburocratizar leilões e reduzir prazos de pagamento dos prêmios pela Conab

Tema	Item	Diretrizes
COMERCIALIZAÇÃO	9.	1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização 2. Fomentar a comercialização em Bolsa de Mercados Futuros 3. Discutir novas formas de contratos entre os elos da cadeia 4. Discutir a padronização dos contratos de comercialização 5. Aumentar a liquidez e transparência nos mercados futuros 6. Promover a cultura da Gestão de Risco

Tema	Item	Diretrizes
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	9. COMERCIALIZAÇÃO	1. Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas o milho e seus derivados, buscando a ampliação e acesso a outros mercados. 2. Atuar junto com a Argentina na viabilização da importação de produtos derivados do milho pela União Européia 3. Criar estratégias para proporcionar atuação em parceria com os Adidos Agrícolas do MAPA





Tema	Item	Diretrizes
10. LEGISLACÃO Tributária	Legislação Tributária	<ol style="list-style-type: none">1. Combater a Guerra Fiscal2. Buscar a harmonização do ICMS entre os estados3. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor4. Solucionar o problema dos créditos acumulados e adequação do PIS, COFINS e ICMS ao longo da Cadeia5. Acompanhar a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional, buscando a reestruturação do sistema tributário
10. LEGISLACÃO Ambiental	Legislação Ambiental	<ol style="list-style-type: none">1. Acompanhar a discussão do Código Florestal2. Definir a compensação por Serviços Ambientais3. Simplificar o Licenciamento Ambiental para todos os produtores
10. LEGISLACÃO Alterações na Lei 8996		<ol style="list-style-type: none">1. Flexibilizar a Lei de Licitações para dar agilidade às Instituições de Pesquisa

Tema	Item	Diretrizes
10. LEGISLACÃO	Legislação Trabalhista	<p>1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural</p>
10. LEGISLACÃO	Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	<p>1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na discussão do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil</p> <p>2. Ampliar a discussão sobre a lei existente, principalmente em relação às questões de fiscalização, com delegação exclusiva ao MAPA.</p>



Secretaria
Executiva

Ministério da
**Agricultura, Pecuária e
Abastecimento**





Ministério da
**Agricultura, Pecuária e
Abastecimento**
Secretaria Executiva

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA